

3 Plano de Saúde Bucal

Em encontro com o CFO, no início de setembro, o ministro da Saúde Humberto Costa anunciou o lançamento, no dia do Cirurgião-Dentista (25/10) do Plano Nacional de Saúde Bucal. Outra boa notícia é que o número de cirurgiões-dentistas no PSF passou de 3 mil para 6 mil desde o início do ano. “As ações que o presidente Lula prometeu durante a campanha foram cumpridas”, comemorou o presidente do CFO, Miguel Nobre.



Saúde, Odontologia!

Descrição da Imagem



Fernando Gueiros, presidente FNO (esq.), Henrique Teitelbaum, presidente ABO, deputado Arlindo Chinaglia, deputado Jovair Arantes, Miguel Nobre, presidente CFO, senador Sérgio Zambiasi, deputado Geraldo Thadeu, deputada Jandira Feghali e deputado João Fontes

T rês anos se passaram desde o início da primeira gestão do gaúcho Miguel Nobre. De lá para cá, gradativamente a Odontologia – com suas entidades nacionais trabalhando em harmonia, mirando objetivos comuns – ocupou o espaço que lhe estava reservado no cenário político nacional. Legítimo representante dos mais

de 250 mil profissionais inscritos, o CFO ousou ir mais longe, transformando-se no verdadeiro embaixador de sua categoria junto aos poderes públicos. Dessa aproximação resultaram vitórias eloqüentes, como a inclusão da Equipe de Saúde Bucal no PSF e a aprovação, no Congresso Nacional, da lei do duplo vínculo no serviço

público para cirurgiões-dentistas.

No dia 5 de setembro, no Rio de Janeiro, o plenário do CFO foi empossado tendo como seu líder, mais uma vez, o presidente Nobre, reeleito por unanimidade, fato inédito em quase 40 anos de Conselhos de Odontologia. Os seis parlamentares federais, dois representantes do

governo Lula e dirigentes nacionais da Odontologia presentes à posse pareciam querer brindar ao reconhecimento do Legislativo, do Executivo e da própria profissão pelo esforço desta autarquia em colocar a saúde bucal no lugar que ela sempre mereceu estar. “Saúde, Odontologia!”
LEIA MAIS NAS PÁGINAS 2, 4, 5, 8, 9, 11 E 15.

6 Metas 2003-06

Autarquia apresenta à classe seu plano trienal

13 CPI dos planos

CFO defende a volta da obrigatoriedade da odontologia

15 Entrevista

Deputado Arlindo Chinaglia, o radical da odontologia



Um novo perfil profissional

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

E necessário, no momento, discutir a odontologia dentro dos parâmetros científicos atuais e refletir sobre o novo perfil do profissional, que resgata sua real vocação: a de prover a população com saúde. Constata-se, hoje, que as condições econômicas desfavoráveis fazem com que a população priorize mais do que nunca os seus gastos. E nestes, raramente a odontologia está incluída. Esvaziam-se, então, os consultórios, agravando uma relação já perversa de empregador/empregado, na qual sempre o cirurgião-dentista (empregado) se submete a condições de ganho muito abaixo de suas expectativas e necessidades, como no caso das operadoras de planos de saúde.

O número de cirurgiões-dentistas apresenta atualmente um crescimento anual maior que o da própria população brasileira. O Brasil é o primeiro país no mundo em quantidade de CDs, superando continentes como África e Oceania, o que torna nosso mercado extremamente restrito. Verifica-se, por outro lado, que 30 milhões de brasileiros nunca tiveram acesso a nenhum tipo de serviço odontológico, comprovando que há muito que ser feito para mudar essa situação.

Devemos, integrantes da família odontológica que somos, continuar a pleitear do poder público, em todas as esferas, a criação de mecanismos capazes de garantir o direito constitucional à saúde. O poder público deve compreender e considerar a odontologia como atividade prioritária por inúmeras razões, mas principalmente por suas características epidemiológicas. Continuaremos insistindo na ampliação da participação da odontologia nos programas do Ministério da Saúde, especialmente no Programa Saúde da Família, aumentando, com isso, a cobertura à população e o aproveitamento de profissionais. Pois, infelizmente, ainda é comum ver unidades de saúde oferecendo assistência à saúde bucal em condições muito aquém das necessidades da população.

Entendemos que o perfil profissional do CD deve ser modificado na busca de um modelo de saúde bucal baseado em promoção de saúde, com visão sistêmica e integral da família e da comunidade na qual ela se insere.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br

NOTAS

Representante no Conselho Nacional de Saúde

Graciara Azevedo, representante do CFO no Fórum dos Trabalhadores da Área de Saúde, acaba de se integrar ao Conselho Nacional de Saúde. "Este novo mandato está a serviço da odontologia", declarou ela durante a reunião do CFO e CROs, no Rio de Janeiro, em setembro. Graciara lembrou a importância da participação dos cirurgiões-dentistas nas conferências municipais e estaduais de saúde, a fim de garantir maior presença da profissão na 12ª Conferência Nacional de Saúde, marcada para 7 a 10 de dezembro, em Brasília.

Governo Lula saúda CFO

Durante a posse do CFO, no dia 5 de setembro, o assessor da Presidência da República, Carlos Tibúrcio, entregou ao presidente Miguel Nobre a seguinte carta: "Saúdo, em nome da Presidência da República,

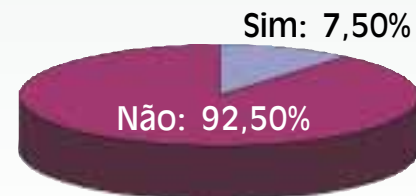
o Conselho Federal de Odontologia, desejando pleno sucesso na nova gestão a todos os Conselheiros e Conselheiras. A dedicação séria e consciente do CFO em defesa da ética no exercício profissional dos cirurgiões-dentistas e auxiliares técnicos é – e tem sido – essencial para a melhoria cada vez maior da saúde bucal do nosso povo." Assinado: ministro Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência da República).

Fome Zero, Sorriso Dez

O ex-presidente do CRO-Piauí e atual conselheiro federal, Lucimar de Sousa Leal, anuncia o primeiro fruto da audiência que CFO e CRO-PI tiveram em junho com o governador Wellington Dias (PI): acaba de ser lançado no estado o programa "Sorriso Dez", ligado ao "Fome Zero", que incluirá, entre outras iniciativas, a criação de um centro de referência em odontologia em um hospital público de Teresina.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: "Você acredita no modelo atual do Provão?"
Veja a resposta da classe:



O CFO quer **Sua Opinião** na próxima edição: "A 12ª Conferência Nacional de Saúde dará novo impulso à saúde pública no Brasil?"

Participe: www.cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mails: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF: SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília/ DF
Telefone: (61) 234-9909

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)
Repórteres: Ana Freitas, Andréa Vaz e
Elisa Menezes (Rio); Fábio Marçal e
Geononi Mousquer (DF)

Sol Comunicações Ltda.

Fotografia: Descrição da Imagem
(Vanor Correia, Nando Neves e
Aguinaldo Ramos)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria
e Planejamento Gráfico Ltda.

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de
Menezes a(Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emanuel@cfo.org.br · Pernambuco) José
Mário Morais Mateus
(josemario@cfo.org.br · Minas Gerais);
Mário Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br · Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org · Paraná);
Rubens Côrte Real de Carvalho
(rubenscorte@cfo.org.br · São Paulo)

Anísia Maria Fialho Abdala (MA)
Benício Paiva Mesquita (CE)
Genésio Pessoa de A. Júnior (TO)
Hildeberto Cordeiros Lins (AL)
Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)

José Alaor Demartini Penna (MT)
José Ferreira Campos Sobrinho (RN)
Laércio Villela Barros (ES)
Lucimar de Sousa Leal (PI)
Manoel Leopoldo Filho (RR)
Maria Carmen de A. M. Jardim (PB)
Maria Izabel de Souza Á. Ramos (AP)
Marluiz Nunes de Freitas (AC)
Messias Gambôa de Melo (PA)
Omar José da Silva Júnior (DF)
Rutílio Caldas Pessanha (RJ)
Selene Machado Costa Guedes (AM)
Wilson Carneiro Ramos (GO)

Sugestões e colaborações
para o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br



Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 250 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

Motivos para sorrir

Descrição da Imagem

Ministro da Saúde: governo lançará Plano Nacional de Saúde Bucal em outubro

O governo federal está concluindo um Plano Nacional de Saúde Bucal, que deve ser lançado no fim de outubro. A informação foi dada pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, a representantes do Conselho Federal de Odontologia (CFO), durante encontro em Brasília, no dia 11/9. Segundo o ministro, a intenção é que o lançamento coincida com o Dia do Cirurgião-Dentista, comemorado em 25 do próximo mês. Na ocasião, o governo pretende destacar os 50 anos de fluoretação da água no Brasil. Para aperfeiçoar o plano, o governo vem conversando com várias entidades odontológicas, entre elas o CFO.

Outra boa notícia é que o número de cirurgiões-dentistas no Programa Saúde da Família passou de 3 mil para 6 mil desde o início do ano. Esse era um compromisso do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “As ações que o presidente Lula prometeu durante a campanha foram cumpridas. Ele duplicou o número de cirurgiões-dentistas antes mesmo do fim do ano, como havia se comprometido”, comemorou o presidente do CFO, Miguel Nobre. “Com isso, o governo devolveu para a classe odontológica a fé e a esperança e nos deu a possibilidade de unir a categoria para defender a população brasileira”, acrescentou.

O ministro Humberto Costa ressaltou que há identidade entre os pontos de vista do governo e da classe odontológica. Ele revelou que quer ampliar a complexidade do atendimento odontológico para que mais pessoas tenham acesso a serviços como, por exemplo, próteses.

Os representantes do CFO levaram ao ministro uma pauta de reivindicações, que inclui o aporte de recursos para estados e municípios destinarem à capacitação de atendentes de consultório dentário, a suspensão da abertura de novos cursos profissionalizantes na área odontológica e a inclusão da odontologia nos Planos de Saúde.



Diretorias do CFO e do CRO-DF, acompanhadas pelo deputado Rafael Guerra (ao lado do tesoureiro Lester de Menezes) são recebidas pelo ministro Humberto Costa e o coordenador de saúde bucal, Gilberto Pucca

Humberto Costa também se mostrou preocupado com a formação profissional na área de Saúde. Ele revelou que foi acertada com o Ministério da Educação a suspensão da autorização para a abertura de novos cursos por um período de seis meses, quando o Ministério da Saúde pretende concluir um levantamento sobre a distribuição dos cursos de odontologia pelo país, para verificar onde há concentração de faculdades e onde há carência.

Na reunião, o presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, João Batista Neto, defendeu a abertura de linhas de crédito para tratamentos odontológicos, nos moldes do programa de microcrédito lançado recentemente pelo governo. O ministro disse que a proposta é viável e será analisada. Além de Neto e Miguel Nobre, participaram do encontro com o ministro o presidente da Frente Parlamentar de Saúde, Rafael Guerra, e outros deputados do grupo; o vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues; o secretário-geral do Conselho, Marcos Santana, e o tesoureiro, Lester Pontes de Menezes.

Atendente de Consultório Dentário

CFO e Ministério da Saúde nomeiam comissão para decidir situação profissional de ACDs

Em face da criação de novas Equipes de Saúde Bucal do PSF, que estão sendo constituídas em todo o país, e do compromisso que estes profissionais devem ter com a biossegurança da população, o Conselho Federal de Odontologia nomeou uma comissão para estudar medidas a serem tomadas em relação à situação profissional dos Atendentes de Consultório Dentário – o que significa discutir como será a transição do estágio atual, de registro através de declaração emitida por cirurgiões-dentistas, até o futuro modelo, por meio de graduação própria.

A comissão que estuda o assunto é presidida pelo cirurgião-dentista Christian Mendez Alcântara, indicado pelo coordenador nacional de saúde bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, e composta por cinco presidentes de Conselhos Regionais, cada um representando uma Região do Brasil: Augusto Tadeu Ribeiro Santana, presidente do CRO-SE (Nordeste); Edson Moreira Ferreira, presidente do CRO-ES (Sudeste); João Batista Neto, presidente do CRO-DF (Centro-Oeste); Paulo Sérgio Carriço, presidente do CRO-PA (Norte); e Sidnei José Garcia, presidente do CRO-SC (Sul).

A conclusão do estudo será submetida à apreciação do plenário do CFO.

LEIA NO SITE DO CFO A INTEGRA DA DECISÃO 24-2003
www.cfo.org.br

100% de legitimidade

Descrição da Imagem

Ao reeleger, com a totalidade dos votos, a chapa liderada por Miguel Nobre, a Odontologia abre um precedente democrático: nenhum plenário do CFO antes havia obtido legitimidade igual

A eleição para o plenário do Conselho Federal de Odontologia, realizada no primeiro dia de agosto, abriu um precedente na profissão. Pela primeira vez desde a criação dos Conselhos de Odontologia, há 39 anos, uma candidatura foi eleita por unanimidade. À exceção de São Paulo, cujo delegado-eleitor não compareceu por motivo de saúde, a chapa encabeçada pelo gaúcho Miguel Nobre foi reeleita com o voto dos 26 estados presentes.

Para o presidente do CRO-Acre, Tito Pereira Filho, esta votação histórica deve ser atribuída ao trabalho realizado nos últimos três anos pela diretoria do CFO. Tito destaca a “maneira democrática” com que as ações vêm sendo conduzidas, e faz sua aposta: “Com a reeleição, acredito que o CFO dará seqüência ao lobby necessário para aprovação dos projetos no Congresso Nacional, além de continuar ouvindo os Conselhos Regionais”.

O presidente do CRO-Ceará, Moacir Tavares, é de mesma opinião. Ele frisa que não é fácil contemplar a unidade em meio à divergência. E conclui: “O CFO conseguiu isso, graças ao canal de diálogo que abriu com todos os CROs. A unidade se faz no dia-a-dia, e isso é ótimo para todos”.

Dirigindo a mesa eleitoral, o presidente do CRO-RJ, Outair Bastazini, definiu a reeleição da diretoria do CFO como “uma pro-



Diretoria reeleita: Ailton Rodrigues (esq.), Marcos Santana, Miguel Nobre e Lester de Menezes

va da democracia”. “Todas as propostas e reivindicações apresentadas pelas autarquias regionais foram acolhidas e discutidas de forma transparente, em reuniões com a participação de todos”, declarou, lembrando ainda que esta gestão “imprimiu modernidade ao CFO” ao abrir canais de negociação direta com os Poderes Públicos.

Reempossado, o presidente Miguel Nobre observou que não devia “agradecer” mas “cumprimentar” a todos que procuram, como ele, manter um “diálogo fraterno”. “Não há CFO ou CRO. Há acima de tudo Conselhos de Odontologia, somos todos uma coisa só”, afirmou, sob aplausos.

Em seguida, o novo plenário, agora com representantes dos 27 estados, posou para as fotos.

O novo mandato do CFO vai de 2 de setembro de 2003 até 1º de setembro de 2006.

Na página ao lado, a opinião dos CROs.

Conheça a composição do novo plenário

Conselheiros:

- **Presidente:** Miguel Álvaro Santiago Nobre (RS)
- **Vice-Presidente:** Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (MS)
- **Secretário-Geral:** Marcos Luis Macedo de Santana (SE)
- **Tesoureiro:** Lester Pontes de Menezes (RO)
- Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE)
- José Mário Morais Mateus (MG)
- Mário F. Tourinho Filho (BA)
- Roberto Eluard da Veiga Cavali (PR)
- Rubens Côrte Real de Carvalho (SP)
- Anísia Maria Fialho Abdala (MA)
- Benício Paiva Mesquita (CE)
- Genésio P. Albuquerque Jr. (TO)
- Hildeberto Cordeiros Lins (AL)
- Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)
- José Alaor Demartini Penna (MT)
- José Ferreira Campos Sobrinho (RN)
- Laércio Villela Barros (ES)
- Lucimar de Sousa Leal (PI)
- Manoel Leopoldo Filho (RR)
- Maria Carmen de Araújo Melo Jardim (PB)
- Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (AP)
- Marluiz Nunes de Freitas (AC)
- Messias Gambôa de Melo (PA)
- Omar José da Silva Júnior (DF)
- Rutílio Caldas Pessanha (RJ)
- Selene Machado Costa Guedes (AM)
- Wilson Carneiro Ramos (GO)

A opinião dos CROs

Maria da Conceição, pres. Rio Grande do Norte

“Parabenizo a gestão participativa, a preocupação com o mercado de trabalho e a evolução que o CFO imprimiu à questão política, através do vínculo com os parlamentares. Hoje o órgão está realmente preocupado com os profissionais da odontologia. Acredito que o plano de metas apresentado para o próximo triênio pelo presidente atende a todos os anseios da classe.”

Ben Hur Godolphim, pres. Rio Grande do Sul

“Esta gestão foi extremamente promissora. Tirou o CFO da condição desconhecida e o lançou no cenário nacional. A odontologia alcançou uma representatividade jamais obtida. As condições de vida no Brasil são muito difíceis e a odontologia precisa se firmar para atender às necessidades da população.”

Emil Razuki, pres. São Paulo

“Miguel Nobre conseguiu conciliar a odontologia brasileira, resolvendo as questões de divergência entre as entidades da área. Acredito que nestes próximos três anos, este quadro irá melhorar consideravelmente, já que o cirurgião-dentista está cada vez mais consciente de seus direitos e deveres perante a sociedade.”

Tito P. Filho, pres. Acre

“Eu destaco a democracia com que o presidente tratou os assuntos dos conselhos. Espero que essa abertura e a liberdade de ação que ele dá aos presidentes dos Regionais continuem na próxima gestão.”

João Batista Neto, pres. Distrito Federal

“A principal revolução dessa gestão foi o preenchimento do vazio que havia entre o Governo e a classe. Isso foi um exemplo para os CROs. A grande perspectiva para os próximos anos é que se consiga resgatar a dignidade do cirurgião-dentista e também a preocupação com a saúde bucal, tornando a odontologia mais popular.”



Descrição da Imagem

Plenário conta agora com representantes dos 27 estados

José Thadeu Pinheiro, pres. Pernambuco

“O que marcou a primeira gestão foi o fato de ter sido plenamente democrática, com participação efetiva de todos os conselhos, independente da região. A transparência da administração também foi marcante, assim como a capacidade do CFO de agregar todos os membros da classe.”

Outair Bastazini, pres. Rio de Janeiro

“O principal mérito foi a abertura política que o Miguel Nobre conseguiu, através da qual conquistamos algumas vitórias no legislativo, como o duplo vínculo e a paridade de carga horária profissional do médico e o cirurgião-dentista. A próxima gestão deve manter a aproximação das entidades e, sobretudo, a atuação conjunta dos CROs e do CFO. Os Regionais entenderam que trabalhando com o Federal, apoiando suas metas, todos nós saímos vencedores porque o resultado final é da Odontologia. Essa plenária foi e é merecedora de crédito, tanto que foi reeleita por unanimidade.”

Heber de Oliveira, pres. Tocantins

“O Miguel Nobre sempre se antecipa aos nossos pedidos e expectativas. Estamos avançando lenta mas progressivamente,

e neste segundo mandato será mais fácil trabalhar. O primeiro mandato é sempre de avaliações, de busca de parcerias. Pois agora que elas já se estabeleceram a unidade permitirá que se realize muito mais.”

Sidnei José Garcia, pres. Santa Catarina

“Era exatamente isso o que estava faltando: alguém que despertasse a representatividade política da odontologia no Brasil. Esse papel o dr. Miguel cumpriu. Ele valoriza muito a união dos Regionais, a nossa participação, e isso é muito importante porque assim nos sentimos ainda mais estimulados para trabalhar e desempenhar nossas funções.”

Paulo Carriço, pres. Pará

“Democracia foi a palavra-chave deste último mandato. Frente à grande crise econômica que o país se encontra, Miguel Nobre canalizou esforços e conseguiu unir os Conselhos Regionais e Federal. As expectativas para este próximo triênio não poderiam ser melhores.”

Sandra Menezes, pres. Rondônia

“O Miguel Nobre fez o que outros nunca fizeram, ao levar as reivindicações da classe a Brasília. Dentre os projetos, acho que um dos mais importantes é o que dá aos

cirurgiões-dentistas os mesmos direitos e remuneração que os médicos. Se a próxima gestão for como esta já será bom, mas com certeza eles vão melhorar ainda mais.”

Edson de Holanda, pres. Paraná

“O cirurgião-dentista passou a conhecer e entender os principais objetivos das entidades odontológicas. Nunca se fez tanto pelo CD como atualmente. Por isso, nosso trabalho está sendo muito mais reconhecido. O CFO está cada vez mais próximo do profissional e tenho certeza que esta relação se estreitará ainda mais.”

Arnaldo Garrocho, pres. Minas Gerais

“O Miguel Nobre estendeu a mão a todos os CROs e nos convidou para um trabalho em conjunto. Ele avançou muito na democracia ao escutar a opinião dos presidentes, ao pedir conselhos e aconselhar. Minha expectativa é que ele amplie a atuação política junto aos poderes constituídos do país. Como fruto desta política tivemos a inclusão da odontologia no PSF e, junto aos CROs, tivemos a informatização e a descentralização das decisões. Que no futuro ele continue com ações como estas.”

Ericson Leão, pres. Amazonas

“A valorização da classe e sua inserção política foram, sem dúvida, grandes destaques da direção do CFO. O apoio de importantes políticos favoreceu nossa área. Além disso, os CROs nunca estiveram tão unidos como agora, não havendo discriminação com nenhum estado. Todos possuem participação efetiva.”

Moacir Tavares, pres. Ceará

“Não é fácil contemplar a unidade em meio à divergência. O CFO conseguiu isso, graças ao canal de diálogo que abriu com todos os CROs. A unidade se faz no dia-a-dia, e isso é ótimo para todos.”

Cartas / Agradecimento pela participação decisiva do CFO

Ao Conselho Federal de Odontologia
Dr. Miguel Álvaro Santiago Nobre

Em nome de nossos associados, externamos a Vossas Senhorias os mais sinceros agradecimentos do Sistema Nacional Uniodonto pelo empenho na atuação junto à Diretoria da Agência Nacional de

Saúde Suplementar visando diferenciar os denominados “cartões-desconto” dos contratos em serviços prestados, oferecidos pelas cooperativas odontológicas em todo o Brasil, afastando a proibição genérica da Resolução Normativa número 40 daquela autarquia.

A firmeza da participação de Vossas

Senhorias foi decisiva para a correção do equivocado entendimento da agência e evitou enormes prejuízos ao cooperativismo odontológico e, principalmente, à população assistida pelo atendimento sério e de qualidade prestado por nossos cooperados, fato este que nos traz a convicção do cumprimento fiel, mais uma vez,

da missão deste Conselho.

Saudações cooperativistas,
Maud Nogueira Fragoas,
presidente da Uniodonto do Brasil
Antonio Ielmo Capel Alarcon,
vice-presidente

São Paulo, 26 de agosto de 2003.

O CFO tem um plano

Descrição da Imagem

CFO apresenta à classe odontológica suas metas para o triênio 2003-2006

Promover estudos para a revisão do Código de Processo Ético, da Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia e do prontuário odontológico, além de viabilizar, junto aos CROs, um cadastramento nacional dos profissionais de odontologia. Estas são algumas das metas que o Conselho Federal planeja executar nesta gestão, de acordo com o secretário-geral da autarquia, Marcos Santana. Ele apresentou o plano de metas para o triênio 2003/2006 durante a reunião extraordinária do plenário do CFO com os presidentes dos CROs, no dia 5 de setembro, na sede do CRO-RJ.

Na área de ensino, o CFO apoiará a abertura de cursos para técnico em higiene dental, atendente de consultório dentário e técnico em prótese dentária, e lutará contra a abertura indiscriminada de cursos de graduação de odontologia e a redução de sua carga horária.

O secretário-geral apresentou também a proposta de criação de comissões específicas, nos CROs, para discutir a reeducação aos penalizados com infrações éticas.

As metas para o próximo triênio dedicam especial atenção à necessidade de se desenvolver campanhas como a de divulgação de normas de biossegurança e do Código de Ética Odontológica, elegendo como meios estratégicos os jornais e revistas da classe, bem como os cursos de graduação. Planeja-se também intensificar o trabalho junto ao Governo Federal, para que este invista em campanha publicitária sobre a importância da saúde bucal, do papel do CD e das consultas periódicas. A diretoria também se compromete a continuar a campanha de prevenção do câncer bucal.

Campo político

Entre as metas políticas, o CFO priorizou a luta pela regulamentação das profissões de THD e ACD, no Congresso Nacional, e a realização da Conferência Nacional de Saúde Bucal, já anunciada para 2004



O secretário-geral Marcos Santana discorre sobre as metas do CFO

pelo coordenador nacional de saúde bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca. A paridade de 1 Equipe de Saúde Bucal para cada equipe do PSF está entre as metas que já encontram eco nas realizações do governo Lula.

Lutar contra a criação dos tecnólogos em saúde é outra prioridade no trabalho junto ao Legislativo. O CFO listou seis projetos de lei relaci-

onados à saúde bucal cuja aprovação merecerá dedicação integral da diretoria. São eles: o que reduz a jornada do cirurgião-dentista do serviço federal; o que dispõe sobre a residência odontológica; o que torna obrigatório às empresas o exame odontológico admissional, demissional e periódico; o que dispõe sobre as perícias oficiais; o que regulamenta a aposentadoria especial do CD; o

que torna obrigatório o atendimento odontológico pelo SUS; o que cria novo piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas; e o que elabora uma tabela de honorários como base mínima para contratos com operadoras de planos de saúde.

CONHEÇA A ÍNTEGRA DAS METAS DO CFO PARA 2003-06:
www.cfo.org.br

ATOS NORMATIVOS

Resolução CFO-43/2003
Altera a redação do artigo 1º da Resolução CFO-29/2002.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a Decisão Liminar concedida pela 22ª Vara - Seção Judiciária do Distrito Federal, da Justiça Federal, na Ação Cautelar Inominada nº 2002.34934-5, requerida pelo Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG,

RESOLVE:
Art. 1º. O artigo 1º, da Resolução CFO-29, de 21 de agosto de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:
"Art. 1º. A solicitação de exames complementares por parte do cirurgião-dentista não pode sofrer nenhuma objeção por parte das operadoras de planos de saúde."

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação na Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2003.

Presidente Miguel Á. S. Nobre, CD
Secretário-geral Marcos L. M. Santana, CD

Certificação digital

"Desenvolver treinamento e conhecimento, junto aos Conselhos Regionais, para implantação da certificação digital." Esta foi uma das principais novidades do plano de metas apresentado pelo secretário-geral do CFO, Marcos Santana.

Em um mundo no qual o avanço dos sistemas informatizados é seguido de perto por uma necessidade cada dia maior de segurança – em função da ameaça constante dos supervírus e das clonagens de cartões e documentos – a certificação digital vai se tornando uma ferramenta indispensável. Pois o gerente de Tecnologia e Informação do CFO, Luciano Barreto, procurou traduzir para os dirigentes dos Conselhos de Odon-

tologia o significado de expressões como assinatura digital, chave pública e ICP-Brasil.

Ao final, a maioria saiu entendendo melhor o que significa "validar juridicamente transações eletrônicas." Mas, acima de tudo, ficou claro que futuramente instituições com estruturas como as do CFO e CROs não poderão prescindir da certificação digital, seja para gerar documentos eletronicamente e enviá-los com segurança pela internet, seja para digitalizar os documentos arquivados ainda em papel – formato, ao que parece, com os dias contados.

BAIXE A APRESENTAÇÃO COMPLETA SOBRE CERTIFICAÇÃO DIGITAL:
www.cfo.org.br

Para que servem os Conselhos?

O superintendente executivo do CFO explica, em palestra, as finalidades, competências e estrutura dos Conselhos de Odontologia

Criados pela Lei 4.324, de 14 de abril de 1964, o Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem, por delegação do poder público, uma autarquia federal. Perante a lei, CFO e CROs compõem a única entidade fiscalizadora desta profissão, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Com esta breve explicação, o superintendente executivo do CFO há mais de 30 anos, Márcio Coimbra, iniciou sua palestra



Descrição da Imagem

Márcio Coimbra explica as atribuições de um conselho profissional

sobre a estrutura e as finalidades desta autarquia, apresentada à diretoria do CFO e dos 27 CROs presentes à reunião extraordinária realizada no dia 5 de se-

tembro, na sede do CRO-RJ.

Para a platéia, a apresentação funcionou como uma aula sobre as várias atribuições dos Conselhos de Odontologia.

Eis as finalidades gerais do CFO listadas pelo superintendente executivo da instituição:

- supervisionar a ética;
- zelar pelo bom conceito da profissão do cirurgião-dentista e das demais a esta vinculadas;
- orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
- julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à ética profissional;
- funcionar como um órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da odontologia;
- contribuir para o aprimoramento da odontologia e de seus profissionais.



**VEJA A PALESTRA COMPLETA
NO SITE DO CFO
www.cfo.org.br**

CFO e Odontologia mais fortes

Fotos Descrição da Imagem

Plenário do Conselho Federal de Odontologia toma posse no Rio, na presença de políticos de diversos partidos e dirigentes da profissão

O plenário do Conselho Federal de Odontologia tomou posse no último dia 5 de setembro, no Rio de Janeiro, com a presença de parlamentares e dirigentes da odontologia nacional. A chapa única liderada pelo cirurgião-dentista gaúcho Miguel Nobre foi reeleita para mais três anos de mandato. “Somente no dicionário o sucesso vem antes do trabalho, e eu quero reafirmar aqui nossa disposição de continuar trabalhando para fazer com que a odontologia alcance o lugar que merece na sociedade brasileira”, disse ele em seu pronunciamento de posse, dirigindo-se aos 820 convidados do evento que reuniam representantes e dirigentes de entidades de todos os 27 estados brasileiros.

Nos últimos três anos, o CFO, responsável em todo o país pelo exercício profissional de mais de 250 mil profissionais, vem investindo no contato permanente com representantes dos poderes públicos, com destaque para o Legislativo e o Executivo. Entre os principais resultados dessa atuação política estão a inclusão da Equipe de Saúde Bucal no Programa Saúde da Família – e, já no governo Lula, com o acréscimo de mais 3 mil equipes – e a aprovação da emenda constitucional que garantiu o duplo vínculo empregatício no serviço público para cirurgi-

ões-dentistas. Além disso, o CFO vem priorizando o acompanhamento de quatro projetos de lei que tramitam em diversas comissões no Legislativo federal: o do salário mínimo para CDs; o que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico no SUS; o que cria uma tabela de honorários médicos e odontológicos, como base mínima para contratos com operadoras de planos de saúde; e o que proíbe a criação de novos cursos de medicina, com a possibilidade, já aberta, de contemplar a odontologia. Mais do que isso, a autarquia vem se reunindo, desde 2000, com integrantes dos ministérios da Saúde, Educação e Trabalho com o objetivo de defender interesses que, como o próprio presidente do CFO costuma afirmar, “não são interesses corporativos, mas direitos de toda a população.”

Coroando todo esse trabalho em favor da saúde bucal, a cerimônia contou com a presença de parlamentares de vários partidos, além do assessor da secretária da Presidência da República, Carlos Tibúrcio, e do coordenador nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, que vêm desenvolvendo um constante diálogo com a autarquia federal.

Foram também homenageados a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e os deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP), João Fontes (PT-SE), Jovair Arantes (PTB-GO) e Geraldo Thadeu dos Santos (PPS-MG).

Emocionado, o presidente do CFO se dirigiu a todos os parlamentares revelando, em nome da odontologia, a satisfação de ver



Miguel Nobre faz seu pronunciamento de posse. Abaixo, o presidente do CFO com dois CDs deputados e os conselheiros empossados

sua categoria tão bem representada no Congresso Nacional. “Devemos, integrantes da família odontológica que somos, continuar a pleitear do poder público, em todas as esferas, a criação de mecanismos capazes de garantir o direito constitucional à saúde”, disse. Mas o presidente do CFO não deixou de lembrar a responsabilidade que os profissionais de odontologia têm com seu próprio destino. “Pelos dados colhidos pelo CFO, o número de cirurgiões-dentistas apresenta atualmente um crescimento anual maior que o da própria população brasileira. O Brasil é hoje o primeiro país no mundo em quantidade de ci-

rurgiões-dentistas, com 11% de todos os profissionais existentes no planeta, superando até continentes como África e Oceania, o que torna nosso mercado extremamente restrito.” Por outro lado, Miguel Nobre alertou para o fato de 30 milhões de brasileiros nunca terem tido “acesso a nenhum tipo de serviço odontológico, comprovando que há muito que ser feito para mudar essa situação.”

No final, o presidente do CFO, que tinha a seu lado na mesa representantes nacionais da classe como Fernando Gueiros (Federação Nacional dos Odontologistas), Henrique Teitelbaum (Associação Bra-

sileira de Odontologia), Augusto Tadeu Santana (Federação Interestadual dos Odontologistas) e Placido Brigagão (Academia Brasileira de Odontologia), dirigiu-se mais uma vez a todos os presentes para reafirmar seu compromisso com a continuidade, nesta segunda gestão, do trabalho desenvolvido nos últimos anos: “Pela primeira vez no CFO uma chapa foi eleita com os votos de todos os delegados-eleitores presentes, o que aumenta, e muito, nossa responsabilidade.”

A solenidade de posse contou com o patrocínio do Banco do Brasil, Promotional Eventos e Sul América.

Parlamentares da saúde bucal

Sérgio Zambiasi, senador (PTB-RS)

“Não tenho a menor dúvida de que esta noite é um marco para a odontologia brasileira, que nos últimos anos vem ocupando seu espaço, buscando o reconhecimento no cenário nacional”, afirmou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao discursar em nome dos seis parlamentares federais que ocupavam a mesa oficial ao lado do presidente do CFO. Uma das peças fundamentais na articulação do CFO e das propostas da odontologia no Senado federal, Zambiasi lembrou dos “milhões de brasileiros que ainda não tiveram o privilégio de acessar a cadeira do cirurgião-dentista.” E reafirmou seu compromisso de trabalhar pela inclusão social através da saúde: “Esperamos poder colaborar com o acesso de todos à atenção odontológica, para que se efetive a inclusão social tão desejada por nós. Uma grande administração a você, Miguel Nobre. Conte comigo no Senado. Sucesso!”

Jandira Feghali, deputada federal (PCdoB-RJ)

Muito aplaudida em seu rápido pronunciamento, a antiga aliada Jandira Feghali – autora da lei do duplo vínculo empregatício no serviço público para CDs – falou em nome da Frente Parlamentar de Saúde: “Nesse momento, quero agradecer todas as homenagens que recebi do CFO



Sérgio Zambiasi e Jandira Feghali

e lembrar que todo nosso esforço converge para o usuário do serviço público de saúde, que precisa ver seu direito à cidadania preservado. O mundo político começou a perceber que é impossível discutir política de saúde sem falar no sorriso que muitos não podem ostentar, e é impossível fazer isso sem ouvir o segmento organizado da odontologia. Quem pode fazer, de fato, esse país mudar de rumo é a sociedade organizada. Todas as instâncias do poder político só têm sentido se a sociedade participa desse processo”, afirmou, completando que a Frente de Saúde quer

continuar mantendo uma relação “intensíssima” com a classe odontológica.

Na noite de 5 de setembro, Zambiasi e Feghali provaram que não é preciso ser profissional de odontologia para representar, e bem, esta categoria. Ao lado dos deputados Arlindo Chinaglia, João Fontes, Geraldo Thadeu e Jovair Arantes (cirurgiões-dentistas os dois últimos), eles provaram que saúde é algo muito amplo, ou seja, é um direito de todos e um dever do Estado.

(LEIA MAIS NAS PÁGINAS 10, 15 E 16).



O Partido da Odontologia

Um é casado com uma cirurgiã-dentista, o outro é cirurgião-dentista. Ambos são deputados federais, enquanto um pertence ao partido governista e o outro a um partido aliado. A despeito de suas possíveis diferenças ideológicas, que só enriquecem o debate democrático, João Fontes e Jovair Arantes estão provando, através de suas atuações no Congresso Nacional, que adotaram igualmente o Partido da Odontologia

Jovair Arantes, deputado federal (PTB-GO)

fotos Descrição da Imagem



Qual a importância para a classe de ter um cirurgião-dentista deputado?

A importância é a de ter um profissional a representando. É claro que uma pessoa que não é da classe pode às vezes até representá-la melhor, mas sendo da área eu tenho, além do comprometimento como parlamentar – que, aliás, já mantenho com toda a questão nacional – o compromisso também com a questão profissional da área. Acho que isso é muito importante. Se você não tiver representação, você é engolido. Por

exemplo, a odontologia só foi fazer parte do Programa Saúde da Família depois que o programa já estava instalado. E isso ocorreu porque não havia uma representação adequada para defender os interesses da categoria, no momento em que foi instalado o PSF.

O senhor tem algum projeto de lei ligado à classe?

Não, acho que, como profissional da área, seria legislar em causa própria e mesmo a Constituição não permite que a gente legisle em causa própria. Por essa razão eu prefiro apoiar, defender. Recentemente, havia um projeto que eu queria que andasse na Câmara, então eu pedi que um deputado médico fizesse a relatoria. Estou me referindo à questão da equiparação do cirurgião-dentista com médicos e professores quanto ao acúmulo de cargos no serviço público.

"Precisamos aumentar o atendimento bucal no Brasil porque vivemos num país com economia forte, mas de terceiro mundo na área social"

João Fontes

João Fontes, deputado federal (PT-SE)

O CFO tem se aproximado da classe política. Qual a importância dessa aproximação?

A vida do país nasce dentro do Congresso Nacional. É para lá que converge toda a pluralidade da sociedade, pois é fundamental a aproximação do CFO com o parlamento brasileiro. Há vários projetos de interesse da classe que nós estamos encampando ao lado de outros parlamentares. Precisamos

aumentar o atendimento bucal no Brasil inteiro porque vivemos num país com uma economia forte, mas de terceiro mundo na área social. A gente precisa ampliar isso desde a área de saúde, de saúde familiar. Eu sou profundo incentivador disso. Sou casado com

uma cirurgiã-dentista e tenho uma ligação muito profunda com essa categoria.

O senhor disse que já tem alguns projetos encampados. Poderia citar algum?

Fiz uma viagem com o ministro da



saúde, Humberto Costa, onde levamos a reivindicação pela ampliação do atendimento no PSF e ele ampliou para mais três mil cirurgiões-dentistas no país inteiro. Agora mesmo, na CPMF, o governo queria tirar R\$ 5 bilhões da área da saúde, o que comprometeria as atividades das equipes do PSF, e nós contestamos, fizemos uma pressão forte junto a outros parlamentares para que essa verba não fosse alocada para pagamento de juros da dívida (externa).

ANA FREITAS

Pautando a Frente Parlamentar de Saúde

Em reunião com integrantes da Frente Parlamentar de Saúde, num café-da-manhã em Brasília, a diretoria do CFO apresentou três projetos de lei de interesse da classe. Um deles é o PLC 03/02, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). O segundo é o PL 65/03, que proíbe a criação de novos cursos de medicina - o Conselho solicita a inclusão

da odontologia nesse projeto. Por fim, o PL 587/03, que dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos e odontológicos, com base mínima para contrato com operadoras de planos de saúde.

Participaram da reunião o presidente da Frente, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), e a presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara, deputada Ângela Guadagnin (PT-SP). "Nós precisamos dessa parceria, dessa integração da classe odontológica

no Congresso Nacional. Da mesma forma que a Odontologia precisa do Congresso para os seus projetos, para melhorar as condições de atendimento, as condições dos profissionais e da população, nós também precisamos do apoio da Odontologia porque o Congresso se movimenta através das pressões", disse o parlamentar.

O presidente do CFO, Miguel Nobre, acompanhado do vice, Ailton Diogo Rodrigues, do secretário-geral, Marcos Santana, e do tesoureiro, Les-

ter de Menezes, endossou a posição do deputado. "O apoio dos parlamentares é fundamental para o encaminhamento dos nossos projetos, que não são corporativos. Eles visam melhorar a qualidade de vida da população brasileira". O deputado Jamil Murad (PCdoB-SP), também presente ao café-da-manhã, resumiu a importância da reunião: "Foi um momento histórico o encontro da Frente Parlamentar de Saúde com a classe odontológica".

Capital de credibilidade

Henrique Motilinsky, presidente do Sindicato dos Odontologistas do estado de São Paulo

“A recondução do professor Miguel é o resultado de um trabalho de aglutinação de toda a classe odontológica, no qual ele aparou arestas, valorizou os CDs e sensibilizou as autoridades públicas com relação às camadas mais carentes. O próximo mandato servirá para sedimentar tudo que ele plantou e cobrar do governo Lula o cumprimento de sua agenda social.”

fotos Descrição da Imagem



Henrique Motilinsky, pres. Siosp

Antonio Perri, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno)

“A gestão do Dr. Miguel Nobre se caracterizou por um grande empenho em tornar presente as postulações da classe odontológica junto aos vários níveis do governo e do Congresso Nacional, e simultaneamente implantou um ambiente de tranqüilidade e de salutar convivência com as entidades nacionais odontológicas. Espero que no próximo mandato esse programa de ação continue e, se possível, sejam ampliadas as possibilidades de mercado de trabalho para os CDs.”

Nivaldo Burim, membro da Comissão de Registros de Técnicos em Prótese Dentária, de Auxiliar de Prótese Dentária e de Laboratório De Prótese Dentária

“Nós da comissão tivemos uma abertura muito grande por parte dessa diretoria, que nos deu mais espaço para desenvolver nosso trabalho. Na 3ª Conpa (Conferência Nacional de Profissionais Auxiliares) nós levamos a proposta de criação das câmaras de representação dos técnicos e agora, com a reeleição de Miguel Nobre, as comissões terão uma certa autonomia com relação à eleição de seus componentes. O próximo presidente será um técnico em prótese dentária.”

Graças à arte da negociação e do entendimento praticada nos últimos três anos, a diretoria do Conselho Federal de Odontologia goza hoje de um apoio que vai muito além dos Conselhos Regionais. A seguir, diversos dirigentes da profissão, presentes à posse do novo plenário, falam do papel do CFO na união das entidades e na conquista de espaço político no cenário nacional. Mas acima de tudo, depositam sua confiança no sucesso das próximas ações da autarquia

Paulo Murilo Oliveira de Fontoura, presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Seção Rio de Janeiro (ABO-RJ)

“A gestão do Dr. Miguel provocou uma mudança muito grande na filosofia do CFO, que antes era visto apenas como um órgão normatizador e hoje tem destaque no campo político. A odontologia começa a ser discutida e respeitada pela classe política e pelos órgãos governamentais. No próximo mandato, o presidente poderá aproveitar esse crescimento da odontologia e o entrosamento entre a classe e o Ministério da Saúde, pois soube se aproximar dos parlamentares e de outras instituições durante sua primeira gestão.”

Luciano Artioli, diretor do Departamento de Comunicação da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD)

“Acredito que o presidente está fazendo o máximo possível para aproximar o CFO dos anseios da classe. Existe muito chão a ser percorrido ainda, mas acredito que ele tem consciência e determinação para se aproximar desse objetivo. O mai-



Carlos Tibúrcio (presidência da República), Augusto Tadeu (FIO) e Fernando Gueiros (FNO)

or destaque da gestão foi aproximar o CFO do poder público.”

Fernando Gueiros, presidente da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO)

“A gestão foi excelente. Uma das medidas mais importantes foi essa parceria com as demais entidades. O presidente não verbalizou essa união da categoria, ele a exercitou. Fez com que todos percebessem que estavam lutando pelos mesmos ideais.”

Placidino Brigagão, presidente da Academia Brasileira de Odontologia (AcBO)

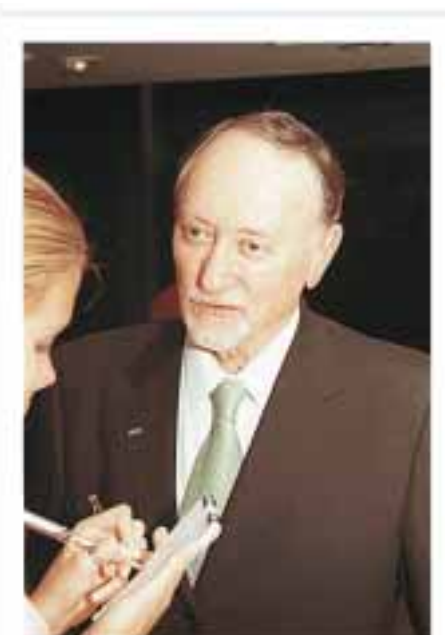
“A Odontologia deu importantes passos nestes últimos três anos. Miguel Nobre começou um belíssimo trabalho, elevando o cirurgião-dentista a um lugar de destaque na sociedade brasileira. Sua reeleição, com unanimidade dos votos, é a prova de que estamos no caminho certo. Graças ao apoio do CFO, a Academia Brasileira de Odontologia cresceu muito.”

Eros Petrelli, presidente da Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial

“A relação entre o CFO e o Congresso Nacional consolidou-se nestes últimos três anos. Com esta reaproximação, Miguel Nobre conseguiu, dentre outras coisas, a duplicidade de empregos para o cirurgião-dentista e a introdução efetiva deste profissional no PSF.”

Henrique Teitelbaum, presidente da Associação Brasileira de Odontologia (ABO Nacional)

“Miguel Nobre reuniu vários setores e entidades de odontologia do Brasil em torno do Conselho, respeitando a importância e independência de cada um. Esta união está sendo fundamental para a categoria alcançar os objetivos comuns. Tenho certeza de que a continuidade deste trabalho garantirá um lugar de destaque à nossa profissão.”



Henrique Teitelbaum, pres. ABO

Augusto Tadeu Santana, vice-presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO)

“O trabalho em equipe é o segredo para o sucesso em qualquer área. Foi isso que o CFO fez e, com certeza, continuará fazendo por todos nós, cirurgiões-dentistas. A inserção do CD no PSF, o piso salarial e a obrigatoriedade da fluoretação foram apenas algumas de nossas conquistas. Mas, juntos, poderemos conseguir muito mais.”

Sidnei José Garcia Pres. CRO-SC

Ex-secretário de Saúde de Florianópolis e especialista em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o novo presidente do CRO-SC une a visão prática e o conhecimento acadêmico. Nesta entrevista, Sidnei José Garcia defende a proibição imediata de novos cursos, a volta da obrigatoriedade do atendimento odontológico nos planos de saúde e a criação de um fórum parlamentar, no Congresso Nacional, para debater projetos ligados à profissão.

fotos Descrição da Imagem



Quais os principais desafios de sua gestão?

Aproximar o cirurgião-dentista do Conselho Regional, informando sua verdadeira função. Estabelecer um canal de comunicação com a classe política catarinense para defendermos os interesses da odontologia catarinense e brasileira.

Uma das expectativas geradas pela CPI dos Planos de Saúde é a da volta da obrigatoriedade da assistência odontológica. Qual a sua opinião a respeito?

Esta obrigatoriedade nunca deveria ter deixado de existir. Todos sabem que a saúde bucal não pode estar separada da saúde geral. Um indivíduo, para estar com sua saúde em equilíbrio não pode ser "separado" em partes.

Como está a concentração de faculdades e profissionais no seu estado?

Santa Catarina conta com sete faculdades de Odontologia. Em 2004, estaremos colocando no mercado aproximadamente 600 novos CDs/ano. Sem dúvida nenhuma que estes números, somados à grande migração que converge para nosso Estado, é motivo de

grande preocupação. Temos que ficar atentos para que este excesso de profissionais não conduza a odontologia para caminhos que nenhum de nós gostaríamos. A proibição de abertura de novos cursos tem que ser imediata e não pode ser temporária.

Como o senhor vê o contato das entidades odontológicas com parlamentares e governantes, no sentido de aprovar leis e viabilizar programas voltados para a saúde bucal?

O estreitamento das relações da classe odontológica com a classe política já chega um pouco atrasada. Temos que resgatar o tempo perdido, pois sempre acreditamos que a odontologia estava acima do bem e do mal e esta postura fez com que inúmeras leis que repercutiram na política de saúde bucal fossem aprovadas à revelia da classe odontológica. Felizmente este panorama está mudando nos últimos anos, por uma ação efetiva de representação do CFO em nível nacional. Em Santa Catarina, seguimos o mesmo caminho e estamos estreitando os contatos com a classe política para que algumas leis de interesse da odontologia catarinense sejam aprovadas. O fomento de um fórum parlamentar para discussão dos problemas da Odontologia é de fundamental importância.

O CRO-SC está programando alguma ação dirigida à população para o Dia do Cirurgião-Dentista (25/10)?

O CRO-SC formalizou parceria com a ABO-SC e com o Sesc-SC para promovermos não apenas um dia, mas sim a semana da saúde bucal, que iniciaria em 20/10. O evento contará com inúmeras atividades que serão realizadas em escolas públicas, praças e shoppings.

FALE COM O PRES. DO CRO-SC
presidencia@crosc.org.br

Paulo Carriço Pres. CRO-PÁ

Em seu terceiro mandato como presidente, Paulo Carriço traz na bagagem uma longa experiência na defesa dos interesses da classe paraense. Graduado pela Universidade Federal do Pará, é veemente quando o assunto é plano de saúde. Ele se diz favorável à volta da obrigatoriedade do atendimento odontológico, para que ele seja respeitado e não relegado "como brinde para a adesão dos usuários".



Quais são os principais desafios de sua gestão?

O combate ao exercício ilegal da odontologia, principalmente em alguns municípios do estado onde políticos inescrupulosos apóiam este crime previsto no Código Penal. Mas também levar aos nossos inscritos programas de educação continuada, zelando pelo aprimoramento profissional e a atualização de conhecimentos.

Uma das expectativas geradas pela CPI dos Planos de Saúde é a da volta da obrigatoriedade da assistência odontológica. Qual a sua opinião a respeito?

Somos totalmente favoráveis a esta obrigatoriedade, para que a odontologia seja respeitada e não relegada pelos planos de saúde como brinde para a adesão dos usuários.

Como está a concentração de faculdades e profissionais no seu estado?

No Pará há duas faculdades de Odontologia: da Universidade Federal do Pará e do Centro Universitário do Pará. A quantidade de acadêmicos de odontologia que ingressam na UFPA é de 90/ano – destes, 80 concluem o curso. No Cesupa, a cada ano ingressam 80 novos acadêmicos, enquanto 62 ganham

o diploma. Já o número atual de cirurgiões-dentistas no estado é de 2.297.

Governo e Congresso estão apoiando o Cárie Zero – projeto que busca sensibilizar os poderes públicos a investirem em saúde bucal. De que modo o CRO-PA poderia contribuir com esta ação?

Não só o CRO-PA, mas todas as entidades odontológicas poderiam ajudar nesse projeto, através de campanhas educativas junto à comunidade como também cobrando dos órgãos governamentais o acesso a programas de saúde bucal.

Como o senhor vê o contato das entidades com parlamentares e governantes, no sentido de aprovar leis e viabilizar programas voltados para a saúde bucal?

É de suma importância que as entidades cobrem da classe política ações que vão beneficiar a comunidade. Recentemente, estivemos junto ao governo do Pará reivindicando algumas propostas como realização de concurso público para contratação de cirurgiões-dentistas para o Programa de Saúde da Família, garantindo assim a presença de profissionais em todo o interior do estado; fluoretação das águas de abastecimento público; além de implementação de plano de cargos, carreiras e salários.

O CRO-PA está programando alguma ação dirigida à população para o Dia do Cirurgião-Dentista (25/10)?

Durante a semana o CRO-PA promoverá a campanha "Sorria, você tem bons dentes". Campanha de esclarecimento sobre como ter bons dentes, na forma de palestras educativas a escolares, seus pais e professores, em escolas públicas, incluindo distribuição de folhetos educativos e kits de higiene dental.

FALE COM O PRES. DO CRO-PA
cro-pa@amazon.com.br

CFO fala na CPI dos planos de saúde



Conselheiro José Mário Morais e o presidente Miguel Nobre em audiência na CPI

O presidente do CFO Miguel Nobre e o conselheiro José Mário Morais são recebidos na CPI, onde defendem a volta da obrigatoriedade da odontologia nos planos

O presidente do Conselho Federal de Odontologia (CFO), Miguel Nobre, defendeu no dia 31/07 a volta da inclusão dos serviços odontológicos básicos nos planos de saúde. Foi durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investiga a atuação dos planos de saúde. A lei 9.656/98, que regulamenta os planos de assistência à saúde, previa a obrigatoriedade do atendimento odontológico. Mas essa determinação terminou em 1999, com a Medida Provisória 1908-20.

“O que nós viemos defender aqui é o benefício da população brasileira. A lei que institui a saúde suplementar, que visa o plano básico de odontologia à população, deve ser respeitada”, afirmou o presidente do CFO, Miguel Nobre, que esteve acompanhado do conselheiro José Mário Morais.

Hoje, enquanto cerca de 40 milhões de brasileiros têm planos particulares, apenas 2,5 milhões possuem planos odontológicos. Mas a “saúde” financeira do sistema suplementar vai muito bem, obrigado: anualmente, ela movimenta cerca de R\$23 bilhões, apenas R\$7,5 bilhões a menos que todo o orçamento da União para a área.

Nobre entregou ao primeiro vice-presidente da CPI, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), um documento com oito propostas, dentre as quais a obrigatoriedade de registro das operadoras de planos privados nos Conselhos Regionais de Medicina e Odontologia e a criação de parâmetros de remuneração profissional, com valores de referência a serem seguidos e alinhados aos reajustes concedidos às operadoras. “Muitas das propostas do CFO serão aproveitadas no relatório do deputado Ribamar Alves (PSB-MA)”, previu Arlindo Chinaglia.

Primeiras conclusões

O presidente da CPI dos planos, deputado Henrique Fontana (PT-RS), adiantou ao Jornal do CFO, no início de setembro, alguns pontos do relatório da comissão. Primeiro: obrigar as operadoras, através de lei, a repassar parte do aumento de suas mensalidades para os prestadores de serviços. “Por exemplo, se uma ope-

radora aumenta em 10% ela não precisa repassar os 10%, mas pelo menos 7%.” Essa medida deverá atender uma das principais reclamações dos prestadores de operadoras: o não repasse dos ajustes das mensalidades. “A nossa idéia é fazer uma nova lei sintetizando todas as medidas e emendas da lei anterior”, diz.

Mas, quanto à volta da obrigatoriedade do atendimento odontológico nos planos? “Ouvimos os representantes do CFO e sabemos da necessidade de incluir a saúde bucal como efetivamente parte da saúde. Para uma pessoa estar saudável entendemos que a boca deve estar também saudável. Vamos agora nos debruçar sobre esse tema e dar à odontologia a importância que ela merece”, promete Fontana, vice-presidente da Frente Parlamentar de Saúde e antigo aliado da profissão.

As outras propostas levadas pelo Conselho Federal de Odontologia à CPI foram:

- Elaboração, por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de critérios de avaliação de desempenho e fiscalização da qualidade da assistência na saúde suplementar;
- Regulamentação da solicitação de exames complementares evitando a limitação de métodos terapêuticos e de diagnóstico;
- Normatização do desligamento do cirurgião-dentista vinculado à operadora visando garantir ao usuário a não interrupção do tratamento, garantindo ao profissional o direito de defesa;
- Normatização das perícias e auditorias com o objetivo de observar impropriedades ou irregularidades na execução dos serviços prestados ao usuário;
- Avaliação da situação do cirurgião-dentista especialista em cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial em relação às operadoras de assistência médica.

Mudanças no Provão já causam polêmicas

De acordo com o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, o Exame Nacional de Cursos, Provão, sofrerá mudanças a partir do ano que vem. As modificações são resultado de uma pesquisa feita pela Comissão Especial de Avaliação de Educação Superior (CEA) que entregou ao ministro um documento de cerca de 100 páginas contendo suas propostas, na primeira semana de setembro.

A CEA, instalada em 29 de abril com um prazo de 120 dias para concluir seus trabalhos, foi composta por 20 pessoas e tinha como objetivo criar uma nova metodologia de avaliação do ensino superior. O documento apresentado pela Comissão propõe, entre outras mudanças, que o exame deixe de ser obrigatório e passe a ser feito em duas etapas: uma prova no início do curso e outra no final. O foco da avaliação passaria a ser a instituição, combinando uma auto-avaliação interna (alunos, dirigentes, professores e servidores técnico-administrativos) e uma externa (ex-alunos, sociedade civil, empresas, entre outros). As duas avaliações seriam supervisionadas pelo

Conselho Nacional de Educação Superior (Conaes), órgão a ser criado pelo Ministério da Educação.

Apesar de a Comissão garantir que as novas medidas tornam o sistema de credenciamento de instituições mais rigoroso, lideranças estudantis já começam a protestar contra as mudanças. No dia 12 de setembro a Juventude Popular Socialista (JPS) do PPS soltou cerca de 60 caranguejos na entrada do prédio do Ministério da Educação, em Brasília, para simbolizar o que ela considera um retrocesso no Provão. Uma das mudanças mais polêmicas é a não publicação dos conceitos que cada curso obteve, medida reprovada pelo próprio ministro. Os estudantes também temem que haja manipulação dos resultados, uma vez que o exame deixará de ser obrigatório e passará a ser feito de forma aleatória.

Enquete lançada pelo site do CFO em julho, e concluída em setembro, revelou que a ampla maioria da categoria odontológica já não acreditava no modelo do Provão, agora tornado obsoleto pela CEA. De 19.246 votos, 92,50% foram para o “não”.

2º Congresso Internacional de Odontologia ABO Nacional

1º a 4 de outubro de 2003
Foz do Iguaçu - PR
Informações:
telefax(+11) 5083.4000
E-mail:
abonacional@uol.com.br

25ª Jornada Odontológica de Ribeirão Preto

15 a 18 de outubro de 2003
Ribeirão Preto – SP
Informações: (16) 602-4033
E-mail: jorp@forp.usp.br
Site: www.jorp.com.br

II Enesb – Encontro Nordeste de Saúde Bucal no PSF

16 a 18 de outubro de 2003
Vitória da Conquista – BA
Informações: (71) 338-1301
E-mail: croba@croba.org.br

V Jornada de Imaginologia Dento-maxilo-facial

23 a 25 de outubro de 2003
São Paulo-SP
Informações: (11) 6223-2300
E-mail:
secretariadecofe@apcd.org.br
Site: www.apcd.org.br/
imaginologia

II Congresso Internacional de Odontologia de Santa Catarina (CIOSC)

6 a 8 de novembro de 2003
Florianópolis - SC
Informações:
(+48) 222.5657,
fax (+48) 222.5105
E-mail: abo-sc@abosc.com.br

I Encontro Internacional de Endodontia

13 a 15 de novembro de 2003
Belo Horizonte – MG
(31) 3298-1800
E-mail: abomg@abomg.org.br

IV Congresso Sergipano de Odontologia

20 a 23 de novembro de 2003
Aracaju - SE
Informações: (+79)
211.2177, fax (+79)
214.4640
E-mail: abo-se@infonet.com.br

4º Congresso da Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial

9 a 11 de outubro de 2003
Curitiba – PR
Informações: (41) 245-1930
Site:
www.4congressodabor.com.br

NOTAS

Encontro Nacional dos Estudantes de Odontologia

O movimento estudantil na odontologia quer voltar a ter voz ativa. De 12 a 15 de novembro acontece o Encontro Nacional dos Estudantes de Odontologia, durante o II Fórum Internacional de Saúde Bucal, em Campo Grande (MS). De acordo com Rebeca Silva de Barros, presidente do Centro Acadêmico XXV de Janeiro da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP), durante o Encontro será possível “deliberar medidas referentes aos interesses dos estudantes e homologar uma nova diretoria executiva”. Criada em 1954, a União Nacional dos Estudantes de Odontologia foi fechada e reaberta uma série de vezes pela ditadura militar. Há algum tempo, lideranças estudantis vêm tentando reativar a UNEO. A representante dos estudantes da FO-USP crê na retomada do movimento estudantil. Entre as atribuições da nova UNEO estaria a de “manter a unidade dos estudantes em torno da solução de seus problemas” e “manter contato e colaboração com as entidades representativas da categoria.”

JCFO para estudantes

Após a posse, no início de setembro, uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente do CFO, Miguel Nobre, foi o envio de um ofício a todos os diretores de cursos de Odontologia do país solicitando o cadastro de seus estudantes. Objetivo: cadastrar os futuros cirurgiões-dentistas para que recebam o Jornal do CFO em casa.

Campanha quer ampliar diagnóstico do HIV

A Campanha “Fique Sabendo”, do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, convoca os profissionais de saúde de todo o país a participarem da iniciativa do Ministério da Saúde de ampliar o número de diagnósticos do HIV. A idéia é que profissionais de saúde aproveitem a relação de confiança estabelecida com seus pacientes no consultório para estimular a testagem, que deve ser espontânea e consciente. O diagnóstico precoce possibilitará, no caso de soropositividade, que o paciente tenha garantidos o tratamento e a qualidade de vida. A meta do Ministério da Saúde é passar dos atuais 1,2 milhão de testes

anti-AIDS realizados por ano para 4,5 milhões em 2003. Mais informações no site www.aids.gov.br

Organização européia realizará encontro sobre cárie no Rio

A Organização Européia de Pesquisas sobre Cárie (ORCA) realizará no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de maio de 2004, a Summer School in Brazil, O evento, que conta com o apoio da ABOPREV (Associação Brasileira de Promoção de Saúde) e da ABO-MG Juiz de Fora, será aberto a alunos de pós-graduação, pesquisadores e professores brasileiros que tenham trabalhos e estudos relacionados à pesquisa de cárie dentária no país. Durante a Summer School haverá apresentações de palestras sobre o processo da cárie, seu diagnóstico, riscos, prevenção, tratamento, entre outros assuntos relacionados à doença. As inscrições devem ser feitas no site da ORCA (<http://orcabrasil.bighost.com.br/>) até o dia 31 de outubro de 2003.

Novo presidente do Inep

Na edição de maio/junho, o Jornal do CFO trouxe uma entrevista com o então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Otaviano Helene. Porém, desde o dia 11 de julho o professor Luiz Silva Araújo está à frente da presidência do INEP. Luiz Araújo ocupava o cargo de diretor de Estatística da Educação Básica da instituição e é professor de História da Universidade Estadual do Pará. Sua carreira política inclui um mandato como vereador de Belém, de deputado estadual do Pará e de secretário Municipal da Educação de Belém por seis anos, durante a gestão de Edmilson Rodrigues (PT).

Assembléia do Rio aprova lei da prestação dentária gratuita

No dia 26/8 foi promulgada a lei Nº 4.139 que dispõe sobre a prestação de assistência dentária gratuita à população pobre do estado do Rio de Janeiro. Antes do Projeto de Lei nº 2.734 ser transformado em lei ele foi vetado pela governadora Rosinha Garotinho e retornou para a Assembléia Legislativa onde os 46 deputados presentes derrubaram o veto por unanimidade. A Lei nº 4.139 é uma vitória para o CRO-RJ, que pode ser repetida nos outros estados caso os conselhos trabalhem junto com os parlamentares.

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)
Tel/Fax. (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia) Tel (21) 2262-0419 - Fax (21) 2533-6703
E-mail: cfo@cfo.org.br/
Site: www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas):
Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):
Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br

Arlindo Chinaglia, deputado federal (PT-SP)

Radical da Odontologia

Descrição da Imagem

Em seu terceiro mandato, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) é um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Autor do projeto de lei que suspende por 10 anos a abertura de novos cursos e vagas de medicina, ele fala, nesta entrevista dada durante a posse do plenário do CFO, sobre a inclusão da odontologia no PL 65/03.

Ao conclamar as entidades da categoria a tratar sobre o tema com seu colega de partido, o ministro da Educação Cristovam Buarque, Chinaglia se define como um "radical" interlocutor da Odontologia também junto ao Governo.



POR MARCELO PINTO

Como o senhor vê a possibilidade de inclusão da Odontologia no PL 65/2003?

Esse projeto foi apresentado pela primeira vez em 1995 e vem sendo barrado na própria Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Eu espero que nesse novo governo a gente consiga fazê-lo tramitar, visto que eu o reapelei este ano. Este projeto contraria interesses mercantis poderosíssimos que sempre encontraram no Ministério da Educação, no mínimo, um manto protetor. Pela dimensão de tragédia que acaba tendo no Brasil, tradicionalmente com a cumplicidade do MEC, eu espero que, agora, nós possamos mudar esse quadro.

O projeto de lei será suficiente?

O projeto é simples e direto. Ele proíbe a abertura, proíbe a ampliação de vagas e propõe que em 90 dias haja uma regulamentação para verificar os procedimentos no caso de quem faz curso no exterior. Ou seja, o projeto procura levantar o debate e com isso criar pressão de opinião pública, inclusive, para além dos profissionais de medicina, abrangendo, naturalmente, a odontologia.

Por que originalmente o projeto só inclui a medicina?

Porque, evidentemente, quanto maior o escopo maior será a resistência. Agora, é evidente que em relação à odontologia estão destruindo a profissão, assim como com outras áreas profissionais. Mas no caso da Saúde eu avalio ser mais grave porque um profissional mal formado pode lesar irreparavelmente a saúde de uma pessoa. E eu creio que é mais do que necessário incluirmos a odontologia nesse projeto.

Em que fase de tramitação o projeto se encontra?

Ele está na Comissão de Seguridade Social e a relatoria está com a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), que já conhecia e se identifica com o projeto. Agora, nós vamos procurar negociar com o governo, pois o projeto por si só não resolve a questão. A questão é mais complexa, mas a gente levantou essa bandeira para iniciar a pressão. E à medida que os conselhos profissionais de Saúde se mobilizarem, e as categorias começarem a participar ativamente disso, eu acredito que nós teremos uma grande chance de sucesso. Eu não tenho, talvez, informações sobre a

odontologia como eu tenho da medicina, mas isso será fácil obter. Agora, nem nos Estados Unidos abre-se um curso de medicina só porque alguém quer ganhar dinheiro, como aqui no Brasil. E olha que os EUA são o país mais rico e liberal do planeta.

Com a aprovação na Comissão de Seguridade Social, qual a perspectiva da inclusão da odontologia no projeto?

O problema não está apenas na chance de inclusão. Eu creio que nós temos que negociar com o MEC, que deve dar a última palavra. Porque vamos admitir que o ministério queira proibir a abertura de cursos de odontologia e não queira

proibir os de medicina, então não tem problema: vamos garantir a proibição de novos cursos de odontologia. Na hora que rompermos esse dique ficará mais fácil moralizar a área da Saúde. Aliás, é interessante que esse projeto seja aprovado o quanto antes, porque quanto mais rápido furarmos esse bloqueio, melhor. Isso obrigará o MEC a ter uma atitude responsável frente ao

ensino superior nas várias áreas, a começar pela da Saúde.

O senhor já teve algum encontro com o ministro Cristovam Buarque?

Já tive, informalmente. Mas eu quero procurá-lo no seu gabinete. Recentemente, saiu um manifesto das entidades médicas nacionais apoiando o projeto. E eu creio que isso vai criando uma pressão. Quanto mais rápido for aprovada uma regulamentação restritiva em qualquer curso superior da Saúde eu considero uma grande vitória da sociedade.

É possível esperar a aprovação ainda para este ano?

É impossível prever. Mas minha mensagem é a seguinte: é decisivo que nós façamos pressão. Temos de mobilizar a classe, através do Conselho Federal, dos Regionais e de outras entidades para pedirmos uma audiência com o ministro e irmos lá todos juntos.

Então a Odontologia pode contar com o senhor como um interlocutor não só no Congresso, mas também junto ao Governo?

De maneira radical.

"Temos de mobilizar as entidades, pedirmos audiência com o ministro e irmos todos juntos"



A CPI dos planos de saúde

Henrique Fontana
Deputado federal (PT-RS)

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Planos de Saúde da Câmara foi instalada no dia 10 de junho deste ano com a finalidade de investigar denúncias de irregularidades na prestação de serviços por empresas e instituições privadas de planos de saúde.

Mais que isso, a CPI até agora buscou promover uma análise profunda e criteriosa do setor de saúde suplementar, que reúne mais de 2.000 empresas, movimentada cerca de R\$ 23 bilhões por ano e diz respeito à vida de aproximadamente 34 milhões de brasileiros.

Já foram ouvidos representantes do Executivo e Judiciário, dos prestadores de serviços (médicos, cirurgiões-dentistas, hospitais e laboratórios), das entidades de defesa dos consumidores e usuários, de todos os segmentos de operadoras de planos de saúde, além de especialistas. Também realizamos audiências regionais, convocamos depoentes, e apuramos diversas.

Os problemas levantados até agora só confirmaram os motivos que justificaram a criação da CPI. Merece destaque a inadmissível situação dos planos antigos, que somam quase 70% do total, agravada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou que os contratos firmados antes da edição da Lei nº 9.656/98 não podem ser atingidos pela regulamentação. Os contratos antigos, via de regra, mantêm restrições de cobertura, exclusões de doenças preexistentes e crônicas, limite de dias de internação, inclusive em UTI, reajustes abusivos em função da faixa etária, possibilidade de rescisão unilateral pela operadora sem justificativa aceitável, situações que só podem ser resolvidas na Justiça.

A CPI irá defender a existência de normas claras que incentivem a migração e a adaptação dos contratos. A ausência de regulação das relações entre operadoras e prestadores de serviços, públicos e privados, é outro motivo de preocupação da CPI. Isso abrange o controle da qualidade do atendimento, a remuneração, bem como regras para o descredenciamento de profissionais e serviços.

Várias outras propostas vem sendo discutidas pelos membros da CPI: a situação específica dos planos odontológicos; a necessidade de revisão do conceito de doença preexistente e dos procedimentos de alta complexidade passíveis de exclusão na legislação em vigor; a regulamentação dos planos coletivos; a subsegmen-

tação da assistência; a cobertura de transplantes; atendimento a acidentes de trabalho e doenças profissionais; definição de política de reajustes de preços mais transparente; acesso às planilhas de custos das operadoras; abrangência de assistência farmacêutica e serviços de prevenção; garantia da continuidade de atendimento aos usuários de operadoras liquidadas; solução para a insegurança jurídica no setor; fiscalização eficaz para a proibição do cheque caução e dos falsos planos de saúde, a exemplo dos cartões de desconto operados até por empresas de serviços funerários; aperfeiçoamento do fluxo do ressarcimento ao SUS, toda vez que um usuário de plano de saúde for atendido em hospital público; coibição da prática da "fila dupla" (atendimento diferenciado a planos de saúde nas unidades do SUS, especialmente nos Hospitais Universitários); regulação do financiamento direto e indireto dos planos privados de saúde com recursos públicos.

Sobre o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a CPI reconhece a necessidade de um órgão para regulamentar e fiscalizar os planos de saúde, mas já é possível concluir que suas ações são insuficientes, pois não têm sido capazes de proteger os usuários dos indiscutíveis abusos praticados pelo setor. Também o seu modelo institucional pode ser aprimorado, de forma que esteja mais integrada ao Ministério da Saúde e submetida ao controle da sociedade.

O desafio da CPI, além da apuração das inúmeras denúncias, é concluir um diagnóstico da situação e propor caminhos para equacionar os problemas levantados. Os legítimos conflitos de interesses entre operadoras, consumidores, prestadores e gestores do SUS demonstram que somente o debate e a negociação permanente irão fazer avançar a regulamentação. Ao sugerir mudanças na legislação, ao buscar consensos e ao relacionar divergências, a CPI irá contribuir com uma nova agenda de trabalho, juntando os esforços das instâncias governamentais, da sociedade civil e do Legislativo, integrados no compromisso com a construção de um futuro de bem estar e saúde para o povo brasileiro.

**FALE COM O PRESIDENTE
DA CPI DOS PLANOS DE SAÚDE
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**
dep.henriquefontana@camara.gov.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 11
Nº 55 · Julho-Agosto de 2003
Edição nacional 250 mil exemplares

**IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA**

